

11 12 1

2

3

4

5

6

7

8

10

11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

1

7

8

9

10

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO, na sala de Reuniões da Secretaria Estadual de Saúde em Palmas, localizada na Praça dos Girassóis, deu-se início às quatorze horas e quinze minutos 14:15 em segunda chamada, constatando que existe quórum suficiente, a 4ª Reunião ordinária de 2018 do Conselho Municipal de Saúde de Palmas - CMS. A reunião foi coordenada, pela conselheira e presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria Alice de Araújo, representante dos Prestadores de Serviços de Saúde, e assessorada pela secretária executiva do CMS. Estavam presentes os (as) conselheiros (as) titulares: Whisllay Maciel Bastos, Alessandro Farias Pantoja, Luscleide Nazareno Mota, Maria Alice Araujo, Mario Augusto Santana dos Anjos, Edivaldo Pereira da Silva, Giancarlo de Montemor Quagliarello, Stefhane Santana da Silva, Luis Fernando Amaral Neife, Luis César de Mello Cardoso, Joseane Araújo Franco, Erenal Barbosa, Rogério Lopes da Silva, João Cardoso Lima, Wilson Gomes da Silva, Sebastião Costa de Lima, Laura dos Anjos, Sandra Maria Leitão, Leomar César Brigagão, Mario Benício dos Santos, Sebastião Alves. Conselheiros Suplentes: Jackson Weber, Celestina Rosa de Sousa Barros, Juliana Veloso Ribeiro Pinto, Maria de Fátima Vieira Damaso, Vilma Maria Gomes da Silva, Abrão Sousa, João Divino Ferreira. 01 - Apreciação da Pauta. Maria Alice de Araújo questiona se todos os conselheiros concordam com a pauta. Joseane Araújo Franco solicita que seja retirado de pauta os itens 11, 12 e 13; Mario Benício dos Santos solicita a inclusão de um ponto de pauta, pois gostaria que fosse discutido o decreto que proíbe o pagamento de diárias para o controle social, informa que vai acontecer nos dias 09 a 11 de maio no Acre uma reunião a respeito da saúde do trabalhador e questiona quem é o conselheiro municipal de saúde que vai participar dessa reunião no Acre; Ressalta que os conselheiros municipais de Palmas não estão participando das reuniões nacionais; Stefhane Santana da Silva informa que gostaria de incluir como ponto de pauta a discussão que esta acontecendo sobre um novo sistema nacional de saúde, que o conselho precisa se apropriar dessa discussão e inclusive se posicionar e se for preciso fazer enfrentamentos com relação a essa discussão que esta acontecendo; Laura dos Anjos informa que em detrimento dos últimos acontecimentos o SISEMP fez uma moção de repúdio a respeito desse novo sistema nacional de saúde em substituição ao SUS; Maria Rosely de Almeida Pery, Promotora de Justiça, informa que no mês de fevereiro recebeu uma representação do presidente da associação dos pequenos e mini produtores do São Silvestre pedindo para

22



### ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

232433

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

que o Ministério Público intervisse no sentido que fosse reaberto o posto de saúde Santa Terezinha; ressalta que foi feito uma audiência e pediu para que isso fosse deliberado no Conselho Municipal de Saúde, porque de acordo com as informações da SEMUS o posto foi fechado em razão de uma atuação da vigilância sanitária; ressalta que a deliberação que precisa é se foi correto fechar esse posto de saúde; ressalta que novamente o presidente da associação dos pequenos e mini produtores do São Silvestre veio ate o Ministério Público pedindo a reabertura do posto de saúde Sargento Walter que esta fechado a quase dois anos; que no seu entendimento não é o Ministério Público que vai determinar aonde a gestão vai ofertar os seus serviços; informa que essa organização e reorganização de serviços tem que passar pela gestão e pelo conselho; informa que precisa que o conselho delibere concordando ou não com o fechamento desses postos de saúde; ressalta que precisa dessa deliberação para dar andamento ao procedimento que foi instaurado na sua promotoria; ressalta que se essa deliberação não acontecer hoje devido a pauta estar muito extensa, que seja para a próxima reunião, mas que precisa do posicionamento do conselho; Mario Benício dos Santos informa que como a Doutora Rosely falou que essa deliberação pode ficar para a próxima reunião gostaria que fosse criada uma comissão para visitar essa região e trazer um parecer para o pleno do conselho; Giancarlo de Montemor Quagliarello informa que gostaria de conhecer essa portaria de instauração; Maria Alice de Araújo informa que vai encaminhar via email para todos os conselheiros; informa que foi retirado três pontos de pauta que são o 11,12 e 13 e será incluído na pauta a solicitação do conselheiro Mario Benício que vai tratar do decreto sobre o pagamento de diárias para o controle social; Mario Benício dos Santos informa que gostaria que fosse retirado o seu pedido de inclusão de pauta e fosse discutido na próxima reunião; Maria Alice de Araújo informa que como conselheiro Mario Benício retirou o pedido de inclusão de pauta ficou apenas o pedido das conselheiras Laura e Stefhane para falar a respeito do novo sistema nacional de saúde em substituição ao SUS, Maria Alice de Araújo colocou em votação a pauta com a retirada dos itens 11,12 e 13 e com a inclusão do pedido de pauta das conselheiras Laura e Stefhane que vão falar sobre o novo sistema de saúde em substituição ao SUS; Maria Alice de Araújo informa que a pauta foi aprovada com as devidas alterações. ITEM 02 - Justificativas de Faltas / Aniversariantes do mês /Apresentação de novos conselheiros. Maria Alice de Araújo informa que o sindicato dos fisioterapeutas justifica a falta devido ambos os conselheiros

34 35

36 65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88 89

90

91

92

93

94

95

96



### ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

estarem viajando; parabeniza todos os aniversariantes do mês, ressalta que não tem novos conselheiros. ITEM 03 - Apreciação das atas 2º ordinária, 3º extraordinária e 3º ordinária. Maria Alice de Araújo informa que não houve nenhuma correção nas atas. questiona se alguém tem alguma dúvida com relação a essas atas, informa que quando não tem nenhuma correção, as atas são consideradas aprovadas; ressalta que houve quatro abstenções. ITEM 04- Apresentação e deliberação do relatório de prestação de contas ao 3° quadrimestre de 2017 e apreciação do relatório anual de gestão 2017. Edinelma Lima Batista fez a apresentação do relatório de prestação de contas ao 3° quadrimestre de 2017 e o relatório anual de gestão 2017; informa que está à disposição para reunir com as comissões para sanar qualquer dúvida; ressalta que na próxima reunião vai trazer as informações a respeito das auditorias. Joseane Araújo Franco informa que no ano de 2017 foi apresentado o relatório do primeiro e segundo quadrimestre, ressalta que quando é apresentado o relatório a comissão de finanças e planejamento precisa apresentar aos conselheiros um parecer, e a comissão não fez esse parecer; questiona como pode se deliberar algo sem parecer; Informa que a comissão precisa se debruçar no relatório do primeiro, segundo e terceiro quadrimestre e trazer um parecer para o pleno do conselho; ressalta que no ano passado ocorreu um golpe no Conselho Municipal de Saúde e por conta disso não foram aprovados os relatórios do primeiro e segundo quadrimestre e isso gerou uma tensão no conselho; ressalta que é importante que tenha o parecer do primeiro, segundo e terceiro quadrimestre. Edinelma Lima Batista informa que quando pediu a pauta do RQDA solicitou apresentação e deliberação, mas sempre está condicionada as comissões se reunirem e discutirem, e a partir disso fazerem o parecer; ressalta que isso aconteceu no primeiro e segundo quadrimestre, informa que as áreas técnicas estão disponíveis para sanar as duvidas das comissões e depois acontecer a deliberação. Alessandro Farias Pantoja informa que os instrumentos de gestão serve para analisar os impactos e a efetividade do trabalho em saúde e não só o trabalho da Secretaria de Saúde e sim do trabalho em saúde; ressalta que o trabalho em saúde tem uma serie de aspecto que gera investimentos, resultados e indicadores; informa que todas as pautas que a gestão tem trazido tem sido esclarecedora; ressalta que é necessário ter consciência que a equipe da Secretaria de Saúde não se furta em debater e passar as informações para as comissões; ressalta que isso e democracia e é exercício do controle social; informa que é necessário analisar o que estão propondo; Quando fazem o

46 47



### ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

48 97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

planejamento de um plano municipal de saúde e apresentam um relatório de gestão semestral ou anual e necessário ter um olhar critico sobre isso no impacto na saúde e qualidade de vida da população, sobre as ações que estão propondo se realmente elas estão causando esse impacto na saúde da população; ressalta que o papel dos conselheiros e também trazer essa demanda e retrato da sociedade para saber como esta chegando,informa que é necessário trazer a demanda da sociedade,ressalta que é necessário perceber a importância do relatório de gestão e é necessário que essas ações tenha um impacto dentro da comunidade e na qualidade de vida da saúde e essa analise é fundamental, Luis Fernando Amaral Neife que todos os conselheiros vão ter direito de falar, ressalta que gostaria de pedir o respeito na hora da fala de cada conselheiro, Mario Benício dos Santos informa que é preocupante essa situação que o conselho esta vivendo, pois o controle social precisa entender que a política do conselho municipal de saúde acabou no dia da eleição da mesa diretora, ressalta que passou pelo processo eleitoral e perdeu as eleições, mas respeita a opinião da maioria, ressalta que é necessário ajudar a corrigir as falhas, ressalta que foi levantado em uma reunião que o regimento precisava fazer um alinhamento para ser publicado, foi criada uma comissão e essa comissão ainda não fez o alinhamento do regimento para ser publicado, portanto as comissões criadas provisoriamente para analisar os processos ainda continua temporariamente, informa que é um erro da gestão não te publicado e do conselho enquanto controle social de não ter alinhado o regimento que era pra esta pronto, ressalta que se a comissão do planejamento e finanças não deu parecer isso é uma falha da comissão,informa é necessário fazer um levantamento a respeito desses parecer dos quadrimestres anteriores, Leomar Cesar Brigagão informa que quando se fala em golpe e que esta tudo errado, isso é um desrespeito muito grande com o colegiado, informa que os conselheiros não estão brincando, Maria Alice de Araújo informa que como não tem parecer ainda e interessante que a comissão peque esses relatórios quadrimestrais e faça um parecer para trazer na próxima reunião e necessário que a comissão possa analisar esses relatórios. Maria de Fátima Vieira Damaso informa que na ultima reunião houve um parecer da comissão de planejamento e aconteceu vários questionamentos a respeito da legitimidade da comissão, questiona a comissão de planejamento e analise de conta é legitima? Porque houve muito questionamento a respeito do parecer da comissão. Maria Alice de Araújo informa que todas as comissões são legitimas, ressalta que no momento

60

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160



### ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

dos informes será cobrado a comissão do regimento, pois o conselho deu apenas 30 dias para a comissão trazer as alterações do regimento interno e se a comissão não apresentar alguma proposta o regimento interno vai ser publicado do jeito que esta ressalta que a comissão de planejamento e analise de contas esta apta para analisar os relatórios quadrimestrais, Joseane Araújo Franco informa que quando falou do golpe que o conselho sofreu e o conselheiros se sentiu afetado e porque as ações do conselho foram inviabilizadas não podendo emitir o parecer do primeiro e segundo quadrimestre no período que deveria ter sido feito, ressalta que por conta desse suposto golpe foram inviabilizadas todas as ações, a comissão de planejamento e analise de conta precisa analisar todos os relatórios quadrimestrais, Edivaldo Pereira da Silva informa que o relatório detalhado do quadrimestre e considerado pela legislação especialmente pela lei n°141 e a portaria do ministério da saúde n°2135 como um instrumento de monitoramento e acompanhamento e dessa forma ele vem da a oportunidade para o conselho de saúde e o poder legislativo de acompanhar e monitora a execução do instrumento de gestão chamado programação anual de saúde, ou seja, o gestor pactua como o controle social o conjunto de metas e indicadores dentro de um ano e o legislador quando aprovou a lei n°141 previu essa necessidade de se fazer o acompanhamento e o monitoramento no decorrer de um ano, ressalta que tem três oportunidades para essa analise, ressalta que a lei n°141 no art.41 coloca que após o gestor encaminhar o quadrimestre para o conselho, este tem a atribuição de avaliar a cada quadrimestre, informa que a comissão que recebe esse relatórios tem que analisar e estudar e encaminhar ao chefe do poder executivo do respectivo ente da federação as indicações para que seja adotadas as medidas corretivas necessárias,informa que já foi executado a programação de 2017,então não há mas nada que possa ser indicado para corrigir, se esse trabalho não foi feito não resta mas nada,informa que o relatório anual de 2017 o conselho tem a oportunidade de debruçar e estudar o documento afim da comissão fazer um parecer e apresentar no conselho, informa que o conselho tem o direito de requerer consultorias para ajudar na elaboração do parecer, ressalta que o conselho tem de abril ate dezembro para fazer a analise do RAG 2017 e trazer o parecer para o pleno deliberar, Alessandro Farias Pantoja informa que concorda com a opinião do conselheiro Edivaldo, ressalta que considerando e respeitando todos os membros das comissões informa que se a comissão quiser se reunir e fazer um parecer do assunto não há impedimento algum,informa que o relatório anual de



71 72 161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

70

gestão e inserido no SARG SUS dentro do prazo e o conselho precisa analisar ate o final do ano,informa que se o objetivo do parecer e encontrar coisas erradas e o papel do controle social fiscalizar, mas podemos ser um pouco mas propositivo , tem pessoas aqui com uma bela historia de trabalho na comunidade e no seu âmbito de atuação que podemos propor,informa que os conselheiros Vilma e João Cardoso (Ubaldo) traz relatos e necessidades da comunidade, Rogério Lopes da Silva informa que faz parte da comissão do regimento interno e gostaria que fosse incluído na próxima reunião esse item para tratar do regimento interno, Maria Alice de Araújo informa que o item 04 foi encaminhado para a comissão de planejamento e analise de contas, ressalta que vai ser encaminhado também os relatórios do primeiro e segundo quadrimestre com tudo que já consta no conselho do ano passado que possa ser analisado e trazido na próxima reunião, Maria de Fátima Vieira Damaso informa que não participou do conselho no ano passado, ressalta que é necessário um tempo maior para analisar todos esses documentos, uma vez que já passou o prazo, Maria Alice de Araújo informa que gostaria que a comissão se reunisse na sala do conselho para que a mesa diretora possa esta acompanhando o trabalho da comissão e saber quando a comissão poderá apresentar o parecer no conselho, Sebastião Costa de Lima questiona se as comissões estao funcionando? Pois e membro da comissão de educação em saúde e ate agora não foi chamado para nenhuma reunião, Maria Alice de Araújo informa que as comissões precisam convidar seus membros para se reunirem, ressalta que se coloca a disposição de todas as comissões, ressalta que a secretaria executiva do conselho esta a disposição para ajudar as comissões. ITEM 05 -Apresentação e deliberação da Programação Anual da Vigilância Sanitária para 2018. Silvana Teixeira fez a apresentação da Programação Anual da Vigilância Sanitária para 2018, Maria Roseli de Almeida pery informa que estará protocolando uma ação civil publica contra o estado e contra o laboratório que presta serviço no HGP, Dona Regina e no Hospital Infantil, ressalta que tem um procedimento amplo na promotoria e o LACEN nos encaminhou vistorias que foram realizadas em laboratórios de todo o estado, informa que ficou bastante assustada com o que foi apresentado, ressalta que em relação a Palmas foi esse o recorte eles vistoriaram três laboratórios nesses hospitais, o laboratório municipal tem problema também, ressalta que o município por sua vez nos passou dentro desse inquérito a relação dos laboratórios que existem em Palmas, questiona dentro dessa programação esta previsto para a vigilância municipal avaliar os processos de trabalhos



83 84 193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

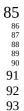
222

223

224

82

desses laboratórios instalados na capital? Ressalta que acha importante os conselheiros ficarem atentos a isso, porque temos muito problema no transporte e armazenamento da coleta,informa que esteve na epidemiologia do Dona Regina recentemente e houve uma conversa a respeito da preocupação da equipe da epidemiologia em relação aos exames laboratoriais, ressalta que não sabia que tinha tantos problemas assim, informa que não sabe se o município de Palmas esta preocupado também com essa situação e se ele pretende realizar essa atividade ou se já realizou para que possamos chamar a responsabilidade desses laboratórios com relação as iniquidades que ocorre ali, Silvana Teixeira informa que o laboratório municipal de Palmas nesse processo eletrônico foi distribuído pra ela, devido ela ser inspetora sanitária, informa que os outros laboratórios são licenciados pela vigilância sanitária, informa que faz parte do monitoramento no licenciamento e um dos primeiros pontos são os procedimento operacionais padrões que são as descrições do fluxo de trabalho, Mario Augusto Santana dos Anjos informa que na reunião passada teceu um elogio em relação a nova metodologia de trabalho da vigilância sanitária que se tornou mas ágil e houve um avanço muito grande, ressalta que os de laboratórios antes serem construídos eles pelo projeto passam um arquitetônico,inclusive a vigilância dispõem do setor da engenharia,pois não pode construir um laboratório sem antes passar por uma avaliação arquitetônica do engenheiro da vigilância,informa que os laboratórios que coleta em unidade de saúde,pois nas unidade de saúde desde o projeto inicial não ver nada em relação aos procedimentos de coleta adequado no aspecto sanitário, ressalta que não sabe porque nos projetos de criação de uma unidade de saúde não procura criar uma estrutura adequada para a coleta laboratorial, ressalta que existe essa falha em Palmas e é preciso melhorar essa questão, Whisllay Maciel Bastos informa que em relação a questão da fiscalização do laboratório a vigilância sanitária ela tem um papel um pouco normativo dentro desse processo,informa que cabe ao lacen a avaliação da qualidade dos laboratórios, pois a avaliação do controle de qualidade é uma atribuição dos lacens, porque é o lacen que possui estrutura para fazer esse tipo de fiscalização, informa que acha melhor da uma revisada nas competências dessas unidades dos lacens,porque a vigilância sanitária de Palmas de fato ela precisa de uma estrutura, ressalta que se for olhar as vigilâncias sanitárias no Brasil, as vigilâncias não possui estrutura para fiscalizar nenhum laboratório em relação a qualidade, ressalta que essa é uma competência que as vigilâncias sanitária do País não possui ,pois a vigilância





95 96 225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

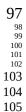
254

255

256

94

não possui equipamentos para fazer esse controle de qualidade, Joseane Araújo Franco informa que é necessário ver a legalidade dessa estrutura de coleta dentro da unidade, ressalta que é necessário ver se a secretaria precisa disponibilizar essa estrutura para o laboratório, Whisllay Maciel Bastos informa que o procedimento que a secretaria faz é legal,pois dispor da unidade de coleta para o laboratório e dispor da proximidade,imagina uma UPA que tem um laboratório em outra parte,informa quem faz a coleta e o servidor do credenciado a secretaria disponibiliza espaço,informa que há um movimento recente de absorver serviço e ai de fato o serviço e competência passa a ser nosso, inclusive do profissional que faz a coleta, Silvana Teixeira informa que são os lacens que faz essa qualidade, ressalta que talvez o que eles tenha ponderado no conteúdo e que quando eles pensa em licenciamento estão corretos, dentro do processo de licenciamento é cobrado a qualidade, informa que no sentido de qualidade e os lacens, Mario Augusto Santana dos Anjos informa que o objetivo de coletar dentro das unidades e para humanizar o atendimento, **Maria Alice de Araújo** colocou em votação a Programação Anual da Vigilância Sanitária para 2018, **Maria Alice de Araújo** informa que Programação Anual da Vigilância Sanitária para 2018 foi aprovada com uma abstenção. ITEM 06 -Apresentação e Deliberação do Plano de Enfretamento das IST/ HIV/AIDS e Hepatites Virais. Pâmela Eva fez a apresentação do Plano de Enfretamento das IST/ HIV/AIDS e Hepatites Virais, Sebastião Alves questiona se esse exame e feito para todas as gestantes? Pâmela Eva informa que a oferta e para todas as gestantes, informa que esta fazendo um fluxo dentro do serviço que vai ser feito junto com o trabalhador de como ele vai ofertar e qual o melhor momento para ser ofertado, informa que a portaria que vai abrir sindicância em relação a todas as gestantes infectadas e quem vai conduzir os trabalhos, ressalta que tem uma comissão que estuda todo o caso da gestante e se for visto que ela não teve oportunidade ai o profissional será responsabilizado, Whisllay Maciel Bastos informa que a meta que seria aceitável de sífilis congênita e ter no Máximo um caso em criança a cada 2 mil partos, informa que em Palmas a cerca de 5 mil partos por ano e já era esperando ter no Máximo três casos de sífilis congênita e foram mais de 40 casos, ressalta que sífilis não e doença de gestante, na verdade há uma transmissão de sífilis em massa e a população gestante e pensada para fazer o acompanhamento por conta do desdobramento que ocorre das consequências do feto, ressalta que é importante destacar que apesar da portaria tratar das competências do profissional,isso não exclui a





107108257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

106

responsabilidade do usuário e a portaria inclusive prever isso, informa que espera com esse instrumento que na haja falha da nossa parte, enquanto a detecção, tratamento e inclusive encaminhamento daqueles que oferecerem recusa com consequência para o feto. Alessandro Farias Pantoja informa que provavelmente o numero de casos podem aumentar, pois estamos criando uma força maior para diagnostico, essa força maior para teste analise laboratorial е entrar em terrenos de extrema rápido, vulnerabilidade,conhecendo qual publico esta sendo infectado,muito provavelmente podemos ter um aumento como tivemos na hanseníase quanto foi intensificado as ações, ressalta que esta falando isso porque provavelmente no próximo relatório do quadrimestre podemos ver um aumento no numero de casos, mas o aumento esta se dando porque muitas pessoas estão sendo treinadas para fazer esses testes, ressalta que outra coisa que precisamos ter bastante conhecimento e que não falta benzetacil nos centro de saúde e nem teste rápido, ressalta que é uma epidemia nacional que esta se desdobrando por questões de vulnerabilidade social, ressalta que aquilo que compete a saúde e preciso reforçar, manter o tratamento, informa que os conselheiros precisa encara os casos de sífilis como uma epidemia, pois estamos vivendo em uma sociedade que pessoas continua sendo violentadas, ressalta que é um cenário tenebroso porque tem crianças envolvidas, Mario Augusto Santana dos Anjos questiona se tem alguma bioquímica ou biomédica na reunião? Informa que os testes rápidos não deixa de ser um avanço, questiona como vocês lidam com muitos testes rápidos ver uma situação de hepatite,HIV e sífilis em relação aos exames feito no soro e na analise do IGM?ressalta que não adotou o teste rápido porque já tem uma estrutura pronta para teste som soro, questiona como você ver a questão de exames e teste rápido para a eficiência do soro IGM? Pâmela Eva informa que faz o teste rápido, mas não exclui os demais exames de continuidade do cuidado, ressalta que faz o teste rápido na gestante e se positivo já inicia o tratamento, mas a sequencia do cuidado não exclui os exames de soro,informa que faz uma detecção precoce rápida e imediata e em seguida um tratamento rápido e imediato. O teste rápido e muito sensível é valido e posteriormente os exames de soro entra no controle, Maria Alice de Araújo colou em votação o Plano de Enfrentamento das IST/ HIV/AIDS e Hepatites Virais, Maria Alice de Araújo informa que o Plano de enfrentamento das IST/HIV/AIDS foi aprovado, ressalta que houve uma abstenção. ITEM 07 - Apreciação e Deliberação do Contrato de locação de equipamentos com material de consumo incluso e infraestrutura de propriedade da





PREFEITURA MÚNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

### ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

119 120 289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

117

118

comunidade de saúde desenvolvimento e educação - COMSAÚDE. Laura dos Anjos informa que gostaria de pedir vista do item 07 que trata do contrato de locação da COMSAÚDE, Whislay Maciel Bastos informa que gostaria que a pauta fosse apresentada a plenária e a partir da apresentação os conselheiros tirassem as conclusões, Averlado Pereira Barros fez a apresentação do Contrato de locação de equipamentos com material de consumo incluso e infraestrutura de propriedade da comunidade de saúde desenvolvimento e educação - COMSAÚDE, Maria de Fátima Vieira Damaso questiona quantos profissionais necessita para realizar os exames? Juliana Ribeiro Pinto informa que vai depender dos exames, ressalta que esta em busca dos profissionais que estão na rede e faz esses exames, informa que cerca de três médicos faz endoscopia, ressalta que esses médicos não serão contratados para fazer esses exames, pois eles já são médicos do município, informa que tem 900 pacientes aquardando colonoscopia e a oferta mensal é de 15 pacientes, porque essa e a capacidade operacional da empresa, ressalta que na COMSAUDE o atendimento será de segunda a sexta e teremos cerca de 160 ofertas durante o mês pagando, Whisllay Maciel Bastos informa que tem feito um movimento de garantir a sustentabilidade do sistema e atender cada vez mais com a eficiência que se espera, mais com o menor custo, ressalta que esse movimento gera uma relação benéfica na medida em que a instituição que estamos propondo tem uma finalidade que não esta associada ao lucro, ressalta que na medida que começamos a absorver serviço como o movimento feito em relação aos laboratórios, ressalta que adquiriu equipamentos de ultrassom e o gasto que esta sendo apontado com o profissional não e um aumento de gasto, porque já esta na folha, informa que esta adequando a atuação desse profissional para garantir a assistência ao paciente,informa que já existe ação civil publica contra o município para garantir a assistência, portanto o município não pode ficar inerte de encontra medidas que seja adequadas a garantia da assistência no menor custo e na eficiência, ressalta que essa é uma relação que queremos fortalecer com a COMSAÚDE, ressalta que essa relação deve ser benéfica para a secretaria municipal de saúde e para o usuário, Giancarlo de Montemor Quagliarello informa que gostaria de ver a minuta do contrato de locação,informa que não foi apresentado a minuta desse contrato de locação, ressalta que a minuta do contrato precisa ser apresentado para o conselho. Maria Alice de Araújo informa que foi convidada para entregar uma proposta a secretaria municipal de saúde, ressalta que a entidade COMSAÚDE e uma entidade que precisa



131132321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

129

130

trabalhar,informa que já vez varias propostas para o município,informa que a discussão esta suspensa devido a conselheira Laura ter feito o pedido de vista a respeito desse item da pauta. Maria Roseli de Almeida pery informa que como se trata de dispensa de licitação o município deve apresentar todas as propostas que foram deitas para o ente municipal para suprir essa necessidade, além do contrato que vai ser analisado, ressalta que não sabe se outras entidades fizeram propostas para esse mesmo objeto, Whisllay Maciel Bastos ressalta que tem esse serviço credenciado aos custos apresentados, informa que a proposta apresentada e na redução de custos, informa que foi pontuado acerca da minuta do contrato vai ser providenciada a minuta a todos os conselheiros, ressalta que é necessário olhar o regimento acerca do pedido de vista, informa que é necessário perguntar a plenária se mas algum conselheiro gostaria de pedir vista porque os conselheiros que pedirem vista precisa trazer um parecer no prazo Máximo de 10 dias, ressalta que esse pedido de vista e uma novidade no conselho,informa que gostaria que esse ponto no regimento fosse objeto de avaliação, ressalta que fosse revisado esse ponto no regimento interno, Alessandro Farias Pantoja informa que enquanto conselho e necessário pensar em ampliação de acesso, questionar a modalidade de contrato e papel do conselho,informa que quando esta trazendo proposta de ampliação de acesso algumas pessoas não estão compreendendo e isso tem um peso muito grande para a população, ressalta que e necessário pensar na aplicação de acesso, ressalta que não podemos ficar usando o conselho para tentar barrar projetos assistenciais que garante acesso a população por mera vaidade e necessário seguir no ritmo de luta para garantir acesso a população, Maria Roseli de Almeida pery informa que independente do papel de cada conselheiro não é barrar projetos apenas por barrar e sim trazer alternativas,o município esta devendo atenção especializada e ambulatorial para a população, ressalta que o município esta respondendo ação civil publica em razão dessa situação e todos os agentes públicos que contribuírem para essa desassistência podem sim serem responsabilizados, o serviço complementar e algo que foi lançado mão pelo município de Palmas a muito tempo, inclusive a pedido do ministério publico ou seja o estado tem que esgotar os meios para ofertar os serviços diretamente, na medida que ele esgotam os meios e não consegue eles tem que lançar mão da rede complementar, ressalta que as entidades filantrópicas tem preferência na prestação desse serviço como manda a lei , Maria de Fátima Vieira Damaso informa que ficou muito vago quando a Juliana falou que poderia





# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

143144353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

141

142

usar medico da rede, ressalta que gostaria que ficasse mas claro as apresentações, pois ficou muito vago quando se tratou dos profissionais que iria realizar os exames, João Cardoso Lima informa que quando apresentou a proposta na pré-conferencia para levar a terceirização dos exames laboratoriais para a região sul foi muito difícil, ressalta que se um profissional e contrato pelo município de Palmas e para trabalhar em qualquer lugar do município, informa que a comunidade carente precisa ser atendida na sua região, ressalta que o conselheiro precisa conhecer as demandas da comunidade, ITEM 08 -Apresentação e esclarecimento sobre o convenio celebrado entre a secretaria municipal de saúde e municípios referenciados ,para a realização de ações serviços de saúde publica e media complexidade ambulatorial ,nos termos da programação pactuada e integrada do SUS. Jackson Weber fez a apresentação do convenio celebrado entre a secretaria municipal de saúde e municípios referenciados, para a realização de ações e serviços de saúde publica e media complexidade ambulatorial, nos termos da programação pactuada e integrada do SUS, ITEM 09- Apresentação da Moção de repúdio a respeito do novo sistema nacional de saúde em substituição ao SUS. Stefhane Santana da Silva informa que aconteceu um fórum organizado pela Federação Brasileira dos Planos de Saúde e nesse fórum foi discutido sobre um novo sistema nacional de saúde que prever para o não de 2038 uma cobertura de 50% da população por plano de saúde privado, ressalta que essa foi uma discussão sem a presença da instancia máxima do controle social entre outras entidades, informa que enquanto estância social o controle social precisa se posicionar e discutir com a população, ressalta que gostaria de continuar a discussão a respeito desse item na próxima reunião, Laura dos Anjos fez a leitura do MANIFESTO DE REPÚDIO A UM NOVO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE EM SUBSTITUIÇÃO AO SUS O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Palmas, também conhecido como SISEMP, vem a público repudiar veementemente a iniciativa da Federação Brasileira de Planos de Saúde (FEBRAPLAN) de construir um sistema de saúde substitutivo ao Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de dar corpo a um sistema absolutamente contrário a todo o esforço que tem sido feito há mais de três décadas para ampliar o acesso e a qualidade da assistência à saúde da população, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal de 1988, no qual assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Considerando que o SUS deve ser protegido e continuar a ser implantado nos seus princípios constitutivos, tanto organizacionais como conceituais. Não é





SECRETARIA MUNICIPAL DE FALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

155 156 385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

153

154

possível ignorar a melhoria da qualidade da assistência à população obtida nestes últimos anos, a despeito de incessantes forças contrárias e destrutivas que avançam cada vez mais.Considerando que o problema hoje do "SUS que não funciona" não está na ordem dos seus princípios e propostas, mas na falta de financiamento e suas consequências. Isto se comprova diariamente no sucateamento dos serviços, na drástica redução de pessoal, na tentativa de substituição de práticas profissionais qualificadas por outras de mais baixo custo, entre outros problemas. Considerando que o SUS nunca foi adequadamente financiado, e uma das razões é o excesso de benefícios fiscais que os planos de saúde ganham do Estado. Outro ataque que irá estrangular o SUS é a EC nº 95, de teto de gastos, que irá congelar os investimentos em saúde, educação e assistência social pelos próximos 20 anos. Vem a público: EXTERNAR MOÇÃO DE REPÚDIO, pois é contra a destruição do SUS, uma vez que devemos empreender nossos maiores esforços, especialmente no grave momento de flagrante ataque à democracia como o que estamos vivendo, ao invés de construir um novo sistema de saúde, o que precisamos é fazer cumprir o que está previsto no SUS, financiando adequadamente o sistema, e impedindo que os planos de saúde se apropriem indevidamente desses recursos. Mesmo depois de todos esses anos, o SUS significa o tão relevante Direito à Saúde conquistado pelo povo brasileiro e materializado em nossa Constituição Cidadã. Essa moção de repúdio surge na defesa de que a saúde seja respeitada por todos como um direito constitucional.Em meio a esse afronta ao direito à saúde legitimado pela Constituição Federal de 1988, conclamamos para que debates e discussões locais sejam orientadores em defesa da democracia e do SUS público, gratuito e de qualidade. Maria Alice de Araújo propõem que esse assunto possa ser discutido na próxima reunião, Maria Alice de Araújo presidente do conselho municipal de saúde encerrou a reunião às 15h19min, que foi relatada por a secretaria executiva do conselho municipal de saúde de Palmas.

